



7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 28 de janeiro de 2022

<b>Bolsas</b> Na quinta-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Salário mínimo</b>	<b>Dólar</b> Na quinta-feira	<b>Euro</b> Comercial, venda na quinta-feira	<b>Capital de giro</b> Na quinta-feira	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
1,19% São Paulo	107.937 → 111.289	R\$ 1.212	R\$ 5,424 (-0,32%)	R\$ 6,040	6,76%	10,30%	Agosto/2021 0,87 Setembro/2021 1,16 Outubro/2021 1,25 Novembro/2021 0,95 Dezembro/2021 0,73
0,02% Nova York	24/01 25/01 26/01 27/01		Últimas cotações (em R\$)				
			20/janeiro 5,416 21/janeiro 5,455 25/janeiro 5,503 26/janeiro 5,441				

## TRABALHO

# Reajuste de 33% no piso de professores

Anúncio feito por Bolsonaro afaga categoria historicamente identificada com o PT e provoca queixas de prefeitos e governadores

» INGRID SOARES  
» MARIA EDUARDA ANGELI\*

Em um cálculo político visando obter apoio eleitoral de uma categoria que, historicamente, apoia o PT, o presidente Jair Bolsonaro (PL) anunciou, por meio das redes sociais, um reajuste de 33% no piso salarial de professores do ensino público. O aumento é bem acima do recomendado pelo Ministério da Economia, de 7,5% e o mais alto já concedido pelo governo desde o estabelecimento da Lei do Piso, em 2008. A previsão é de que os custos acarretados pela correção dos salários fiquem próximos a R\$ 30 bilhões apenas para os municípios, que ameaçam recorrer à Justiça para se livrar do impacto financeiro da medida.

Segundo a Secretária de Educação Básica (SEB), do Ministério da Educação (MEC), a medida deve beneficiar 1,7 milhão de docentes da educação básica, que lecionam para 38 milhões de alunos na rede pública do país. A correção está prevista em lei, e deve ocorrer em janeiro de cada ano. Em nota, o MEC afirmou que o novo valor do piso passará dos R\$ 2.886,24, estipulados em 2020, para R\$ 3.845,63 em 2022.

"A definição do valor acontece após estudo técnico e jurídico do MEC que analisou a matéria e permitiu a manutenção do critério previsto na Lei 11.738, de 2008", informou a pasta. O critério para calcular o valor é baseado no custo anual mínimo nacional por estudante, que é definido por portaria do ministério, comparado entre os dois últimos anos.

"Esse reajuste vai ter impacto nos caixas dos estados e municípios. O governo federal sanciona, mas quem paga a conta são os estados e municípios, que não estão todos com as finanças tão boas assim — é o clássico 'fazer gentileza com o chapéu alheio'", avaliou o economista Roberto Troster, da Troster Associados. "Isso acontece em todos os anos de eleição. Existe uma série de restrições para que os governos não gastem mais em anos eleitorais, mas, dentro da lei, às vezes, eles têm maneiras de se esquivar disso", completou.

Felipe Queiroz, economista especialista em macroeconomia e doutorando em ciência política, afirma que é necessário analisar a conjuntura econômica

Divulgação/SEDF



Aumento anunciado pelo presidente ficou bem acima dos 7,5% recomendados pelo Ministério da Economia



**Existe uma série de restrições para que os governos não gastem mais em anos eleitorais, mas, dentro da lei, às vezes, eles têm maneiras de se esquivar disso"**

**Roberto Troster, economista**

levando em consideração as variáveis políticas. "Quando Bolsonaro oferta esse reajuste de 33%, na verdade, tenta operar em cima de uma contradição na luta política, não é uma luta econômica, porque coloca a categoria dos professores contra os governos municipais e estaduais, que já estão numa situação difícil, e

joga para o colo desses governantes um problema ainda para a condução do orçamento deste e dos próximos anos."

A Frente Nacional dos Prefeitos alertou, em nota, para o risco de colapso em serviços essenciais, inadimplência, atraso de salários — e defendeu responsabilidade fiscal. O grupo ainda ressaltou que a arrecadação tributária de 2021 teve desempenho acima do previsto durante a pandemia, mas alegou que "há baixíssima possibilidade de esse desempenho se repetir a médio prazo".

A Frente defendeu ainda que os salários são pagos com recursos de estados e municípios. "Os eventuais reajustes concedidos no piso do magistério, embora normatizados pelo governo federal, são pagos, praticamente na sua totalidade, com recursos dos cofres de estados e municípios. Diferentemente da União, os entes subnacionais não podem se endividar para pagar salários."

No caso do Distrito Federal, o impacto nos cofres dependerá

da jurisdição ou não da escola pelo Governo do Distrito Federal. No entanto, o piso salarial no DF, como em alguns outros estados, já está acima do piso nacional proposto.

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, também classificou o aumento dado aos professores como parte da estratégia do presidente Bolsonaro para angariar votos na disputa pela reeleição. Ele destacou, ainda, que, "ao colocar em primeiro lugar uma disputa eleitoral, o Brasil caminha para jogar a educação pelo ralo". "A CNM lamenta que, recorrentemente, ambições políticas se sobressaiam aos interesses e ao desenvolvimento do país." A entidade recomendou que os gestores municipais reajustem o piso dos professores com base no índice inflacionário até que novas informações sejam fornecidas pelo governo federal.

\*Estagiária sob a supervisão de Odail Figueiredo

### Mal na foto

O levantamento "Education at a Glance 2021", elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em setembro passado, concluiu que professores brasileiros têm o salário inicial mais baixo entre 40 países analisados, com a média de US\$ 13,9 mil anuais.

## Apoio e desconfiança

Professora da educação básica desde 2010, Angelina Dias diz que o reajuste do piso é uma necessidade. "Nós estávamos sem aumento há muito tempo. Nós, professores, somos a base para a formação de qualquer cidadão, portanto deveríamos ser bem pagos, ter uma ótima infraestrutura pedagógica e material e salubridade para professores e alunos", afirmou. "Temos que ser profissionais bem pagos para estarmos bem amparados para desenvolver o melhor trabalho do mundo, porém temos o contrário na maioria das vezes", completou.

Para a diretora do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul (Sinpro-RS), Cecília Farias, porém, o aumento anunciado pelo presidente da República não anula as ações negativas do governo em relação à categoria. "O reajuste do Piso Nacional do Magistério não acaba com a grande dívida

que os governos têm com os professores no Brasil", disse. "No momento da propaganda eleitoral, existe uma unanimidade nas promessas dos candidatos de reversão desse quadro, mas, depois que assumem, o compromisso é esquecido", lamentou.

"O trabalho docente, que deveria ser remunerado de forma digna, como acontece em diversos países desenvolvidos, não é reconhecido no nosso país, por isso o imenso desinteresse da juventude pelo magistério", aponta Cecília Farias.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) apontou que o reajuste salarial dos professores não é uma bondade do presidente, pois ele cumpre o que determina a lei do piso no tocante ao percentual de reajuste. Na prática, Bolsonaro seguirá a regra antiga de reajuste do piso salarial dos professores da educação básica, definida em 2008, que leva em conta a legislação do antigo Fundeb, alterada em 2020 pelo Congresso. (IS e MEA)

Breno Fortes/CB/D.A Press



Marques: "Profissionais da saúde não podem parar"

## Campanha salarial difícil para servidor

» FERNANDA STRICKLAND

Lideranças do funcionalismo federal definiram, ontem, os novos passos do movimento em busca do reajuste salarial. A agenda foi decidida durante paralisação virtual, envolvendo servidores em trabalho remoto, organizada pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate).

Segundo Tiago Duarte, da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário e MPU (Fenajufe), em 2 de fevereiro os servidores farão um ato em Brasília para cobrar reuniões com os

presidentes do Supremo Tribunal Federal e Câmara dos Deputados, além do ministro-chefe da Casa Civil, para discutir a reivindicação da categoria. De 7 a 11 de fevereiro, serão realizadas plenárias estaduais. De 15 a 24 de fevereiro, será feita a jornada de mobilização para uma eventual greve geral, que, caso não haja avanço no diálogo, começaria em 9 de março, por tempo indeterminado.

O presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, afirmou que esta "será a campanha

salarial mais difícil dos últimos 30 anos".

Ele destacou que a mobilização começou bem e que os atos do último dia 18, em frente ao Banco Central e ao Ministério da Economia, foram fortes, embora o governo tenha minimizado as manifestações.

### Restrições à greve

Rudinei alertou, contudo, que a continuidade do movimento exigirá avaliações precisas dos dirigentes sindicais, em função da conjuntura adversa que o país atravessa. Em

especial, pontuou, em decorrência da "pandemia e o fato de os servidores públicos da saúde estarem à frente do combate à crise sanitária. Ou seja, na prática, não poderem fazer greve".

Ele lembrou que os servidores das instituições federais de ensino "estão às voltas com calendários escolares díspares, o que significa que uma greve poderá implicar perda do semestre para os estudantes". "E os servidores da assistência social nunca foram tão demandados, com 20 milhões de brasileiros passando fome, logo também não podem parar", completou.